

Tudo para atender a crianças como esta: fotografia e arquitetura escolar no Rio Grande do Sul (1950)

Resumo

Neste texto, apresenta-se um estudo bibliográfico, documental e descritivo, que tem como objetivo analisar como os conceitos de funcionalidade, eficiência e economia, típicos dos discursos racionalistas da Arquitetura, reverberaram nos projetos de edifícios escolares no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950. O estudo centra-se em fotografias que ilustram três documentos elaborados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Conclui-se que o desenvolvimento de planos para resolver o problema do déficit escolar do Rio Grande do Sul encontrou solução nas escolas pré-fabricadas de madeira, que podem ser considerados exemplos inovadores da arquitetura escolar no Estado e que concorreram para a expansão do acesso à escola.

Palavras-chave: história da educação; arquitetura escolar; fotografia.

Claudemir de Quadros

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Santa Maria/RS – Brasil
claudemir@ufsm.br

Jauri dos Santos Sá

Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – Lajeado/RS – Brasil
jauri.sa@univates.br

Para citar este artigo:

QUADROS, Claudemir de; SÁ, Jauri dos Santos. Tudo para atender a crianças como esta: fotografia e arquitetura escolar no Rio Grande do Sul (1950). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 63, p. 246-450, jan./abr. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827632026426

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827632026426>

Everything to serve children like this: photography and school architecture in Rio Grande do Sul (1950)

Abstract

In this text, a bibliographic, documentary and descriptive study is presented, which aims to analyze how the concepts of functionality, efficiency and economy, typical of rationalist discourses in Architecture, reverberated in school building projects in Rio Grande do Sul, based on from the 1950s. The study focuses on photographs that illustrate three documents prepared by the government of the State of Rio Grande do Sul and the Municipality of Porto Alegre. It is concluded that the development of plans to solve the problem of the school deficit in Rio Grande do Sul found a solution in prefabricated wooden schools, which can be considered innovative examples of school architecture in the State and which contributed to the expansion of access to school.

Keywords: history of education; school architecture; photography.

Todo para atender a niños como éstos: fotografía y arquitectura escolar en Rio Grande do Sul (1950)

Resumen

En este texto se presenta un estudio bibliográfico, documental y descriptivo, que tiene como objetivo analizar cómo los conceptos de funcionalidad, eficiencia y economía, propios de los discursos racionalistas en Arquitectura, repercutieron en los proyectos de construcción de escuelas en Rio Grande do Sul, a partir de la década de 1950. El estudio se centra en fotografías que ilustran tres documentos elaborados por el gobierno del Estado de Rio Grande do Sul y el Municipio de Porto Alegre. Se concluye que el desarrollo de planes para solucionar el problema del déficit escolar en Rio Grande do Sul encontró solución en escuelas prefabricadas de madera, que pueden ser consideradas ejemplos innovadores de arquitectura escolar en el Estado y que contribuyeron para la ampliación del acceso a escuela.

Palabras-clave: historia de la educación; arquitectura escolar; fotografía.

Introdução

Nos meados da década de 1950, foi instalado no Rio Grande do Sul um processo acelerado de modernização urbana. Naquele período, destacaram-se os governos do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, no nível estadual com Ernesto Dornelles (1951-1955) e Leonel Brizola (1959-1963), e no nível municipal de Porto Alegre com Leonel Brizola (1956-1958). Durante essa época, diversos empreendimentos modernistas foram erguidos na Capital e a década representou um período de significativos aportes no setor imobiliário, assim como de expansão de iniciativas com elevada qualidade arquitetônica.

No âmbito deste texto, de caráter bibliográfico, documental e descritivo, busca-se analisar como os conceitos de funcionalidade, eficiência e economia, característicos dos discursos racionalistas no campo da Arquitetura, repercutiram nas obras públicas, particularmente nas propostas para a área escolar dos governos de Ernesto Dornelles e Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro.

Para tanto, são objetos de atenção três documentos: dois deles produzidos pelo governo estadual e um pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Trata-se dos relatórios intitulados *Construindo escolas para o Rio Grande do Sul* (Rio Grande do Sul, 1955), *Escolas novas para Pôrto Alegre na administração municipal* (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959) e um relatório da Comissão Estadual de Prédios Escolares – Cepe – (Rio Grande do Sul, 1963).

O primeiro (Rio Grande do Sul, 1955), constitui-se num documento com 194 páginas, ricamente ilustrado com fotografias e projetos arquitetônicos de edifícios escolares. Foi elaborado pelo Serviço de Prédios da Secretaria de Educação e Cultura, publicado em janeiro de 1955 e se refere ao período do governo de Ernesto Dornelles (1951-1955). O segundo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959), é um documento elaborado pelo Setor de Prédios da Secretaria Municipal de Educação e Assistência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Com 47 páginas, apresenta 95 imagens, distribuídas entre fotografias de edifícios escolares, projetos e gráficos e se refere ao período de atuação de Leonel Brizola na Prefeitura da Capital (1956-1958).

O terceiro (Rio Grande do Sul, 1963) é um documento elaborado pela Comissão Estadual de Prédios Escolares – Cepe –, no qual consta a descrição de obras realizadas no

decorrer do governo de Leonel Brizola no Estado (1959-1963), assim como um álbum fotográfico de edifícios escolares. Além das fotografias serem todas em preto e branco, há um outro elemento em comum nos três documentos: a identificação de elevados índices de analfabetismo e a escassez de escolas na área rural do Rio Grande do Sul. Esse diagnóstico é utilizado, de modo contínuo, como justificativa para a intervenção do governo e para a resolução do problema, que incluía a construção de escolas pré-fabricadas em madeira, a partir de um processo de execução ágil e simples, além de serem menos dispendiosas para os cofres públicos¹.

Tendo em vista as dimensões das obras apresentadas nos documentos citados, pode-se propor que as escolas pré-fabricadas de madeira, implantadas pela administração de Ernesto Dornelles e difundidas durante os mandatos de Leonel Brizola, tanto na Prefeitura de Porto Alegre, quanto no governo estadual, representaram uma das iniciativas mais ousadas no setor educacional público na primeira metade do século 20 no Rio Grande do Sul.

A fotografia e a circulação de discursos racionalistas no campo da arquitetura

Um dos primeiros intelectuais brasileiros a salientar a importância da fotografia como fonte documental em pesquisas históricas foi Boris Kossoy. Para ele,

toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se o fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar tal personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – que foram produzidos com uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico (Kossoy, 1989, p. 31).

¹ A preocupação com os custos das construções não é exclusiva do Rio Grande do Sul. Souza (2001, p. 86), por exemplo, comenta que em São Paulo, “a partir de 1905, começaram a surgir [...] os projetos de grupos escolares de um só pavimento considerados menos onerosos que as edificações anteriores. Alguns em forma quadrangular formavam um pátio interno em torno do qual erigia uma galeria de circulação coberta interligando as salas. Outros compreendiam apenas um bloco consistindo em edificações mais simples. Mesmo assim, apesar da perda da monumentalidade, a arquitetura dos grupos escolares manteve a identidade desses estabelecimentos de ensino.”

Ao utilizarmos tal registro como documento da passagem na vida de uma instituição, consideramos a fotografia, simultaneamente, como imagem/monumento e como imagem/documento. Werle (2004) cita, no contexto da história das instituições escolares, as implicações que envolvem o termo monumento/documento. A autora trata o prédio escolar como um monumento para a história das instituições, porém, alerta que esses também são documentos. Conforme Werle (2004), a base material para reviver o passado institucional não se restringe aos prédios ainda conservados, ou à escola ainda em funcionamento, mas pode ser reconstruída por meio da crítica ao monumento inexistente, valendo-se, por exemplo, da representação eternizada numa imagem fotográfica. Tal como propõe Mauad (2005, p. 143),

já foi dito que as imagens são históricas, que dependem das variáveis técnicas e estéticas do contexto histórico que as produziram e das diferentes visões de mundo que concorrem no jogo das relações sociais. Nesse sentido, guardam as fotografias, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente.

As imagens em preto e branco das exposições ou dos livros da época não nos permitem, às vezes, apreciar todo o trabalho realizado pelos arquitetos quanto à materialidade ou ao acabamento interno, no entanto, nos ajudam na preservação da memória histórica, na promoção de projetos e políticas, na demonstração das inovações, especialmente em contextos de expansão do acesso à escola. Nesse sentido, a fotografia desempenhou um papel significativo na História da Educação, seja como meio de documentar práticas, projetos e memórias coletivas, quanto como ferramenta pedagógica para identificar e entender as formas de circulação do ideário da Arquitetura moderna no Brasil.

No âmbito da Arquitetura, o racionalismo foi uma tendência introduzida na Europa a princípios do século 20, relacionada com as conquistas estéticas de outros movimentos – o ecletismo acadêmico, o neocolonial, o racionalismo clássico ou modernizado –, apontando caminhos possíveis para o Movimento Moderno na Europa. No Brasil, no início do século 20, alguns acontecimentos ascenderam o debate entre as diversas tendências arquitetônicas em disputa na época. Em 1925, foram publicados em São Paulo os

documentos *A arquitetura e a estética das cidades* e *Acerca da arquitetura moderna*, de autoria de Rino Levi e Gregori Warchavchik, respectivamente, registrando os primeiros discursos de caráter modernista no país. O arquiteto franco-suíço Le Corbusier fez palestras no país em 1929, ampliando a divulgação da nova arquitetura identificada com o Movimento Moderno. Em 1930, ocorreu o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, no Rio de Janeiro, e Lúcio Costa organizou em 1931 a reforma na Escola Nacional de Belas Artes, também no Rio de Janeiro, dando início ao debate no meio acadêmico. A linguagem moderna começou a ser absorvida e traduzida na produção arquitetônica nacional.

Outras duas publicações costumam ser apontadas como veículos fundamentais na circulação das ideias arquitetônicas modernas no âmbito profissional: os livros *Brazil builds* (1943) e *Modern Architecture in Brazil* (1956). Segundo Freire (2015, p. 71), essas publicações “ajudam a compreender a dimensão que vinha tomando a produção moderna brasileira.” Em setembro de 1942 foi inaugurada, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, a exposição *Modern Architecture for the Modern School*, a qual tratava de mostrar ao público norte-americano e internacional as quarenta melhores escolas construídas num dos períodos mais interessantes dos Estados Unidos, o que inclui o New Deal e parte da Segunda Guerra Mundial. Composta por trinta painéis com desenhos, explicações e uma maquete, mostrava os novos métodos pedagógicos e a sua influência na arquitetura escolar do momento².

Num dos painéis, denominado *Other Countries – Take modern schools for granted*, figuravam quatro fotografias com imagens de escolas brasileiras: o Colégio Elementar Raul Vidal, de Niterói, do arquiteto Álvaro Vital Brasil; a Escola Industrial do Rio de Janeiro, do arquiteto Carlos Henrique de Oliveira Porto; a Escola Normal de Salvador, Bahia; e um painel denominado *A guerra*, que se centrava na análise da etapa bélica e como esta estava afetando as escolas, mas também abria novas possibilidades, sobre tudo respeito a pré-fabricação.

² Nessa ocasião foi apresentada, por exemplo, a escola Corona School de Los Angeles. Desenhada pelo arquiteto Richard Neutra em 1935, a escola foi um modelo para o que seria a nova escola do New Deal. A planta em ‘L’ permitiria a integração de espaços abertos, assim como a maximização da luz natural, contemplando um espaço infantil e cinco salas de aula conectadas por uma circulação exterior. Cada sala de aula tinha uma porta de correr que se abria ao seu correspondente pátio no jardim. A iluminação e ventilação provinham de janelas altas localizadas na parte superior da circulação, permitindo a ventilação cruzada.

Menos de seis meses depois, em janeiro de 1943, foi inaugurada, também no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, a exposição itinerante *Brazil Builds*, um panorama da arquitetura brasileira, cuja curadoria e autoria dos textos recaiu sobre Philip Goodwin.³ A exposição *Brazil Build* foi um sucesso de público e crítica. Não apenas mostrou aos americanos que aqui se fazia arquitetura moderna, mas reforçou o “interesse que a arquitetura moderna brasileira vinha levantando, tanto nos círculos acadêmicos, profissionais e culturais locais, como entre o público em geral” (Hormain, 2012, p. 74). A mostra itinerante também foi publicada como livro, em 1943. A exposição circulou pelos Estados Unidos, México, Canadá e Inglaterra e uma versão em português foi exibida no Ministério da Educação no Rio de Janeiro, ainda em 1943. Depois circulou pelo interior do país, até 1946, alcançando profissionais de distintos lugares e repercutindo nos seus trabalhos. O livro *Modern Architecture in Brazil* foi publicado em 1956. Segundo Freire (2015, p. 72), o autor do livro, Henrique Mindlin, esclareceu que o mesmo foi concebido como um suplemento da exposição *Brazil Build* de 1943, porém “com a inclusão de importantes exemplares que não haviam sido ilustrados naquele momento”.

Pode-se afirmar que, desde 1930, a arquitetura no Brasil é vista como uma questão nacional (Barros, 1995; Oliveira, 2008). Diversos estilos arquitetônicos e algumas iniciativas públicas ajudaram a introduzir e consolidar a Arquitetura Moderna no país, embora tenha sido somente na década de 1950 que o Movimento Moderno se apresentou com força e potência. A produção moderna e modernista, em especial situada no Rio de Janeiro e em São Paulo, adquiriram características próprias, assim como o uso de formas elementares na composição arquitetônica, como forma de obter simetria, equilíbrio e regularidade no projeto, foi adotado pela Arquitetura (Sá, 2007), tendo a ação e o prestígio da Arquitetura modernista brasileira repercutido nacional e internacionalmente. Nessa perspectiva, Segawa (2002, p. 66) reforça que,

³ Em 1942, Goodwin e o fotógrafo George E. Kidder-Smith passaram seis meses no Brasil, visitando edifícios e entrevistando a nova geração de arquitetos brasileiros. Parte das fotografias de Kidder-Smith acerca dos edifícios escolares brasileiros circularam na exposição *Modern Architecture for the Modern School*, inaugurada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque em setembro de 1942.

nos anos de 1930, conceitos como funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura – termos próprios de equações racionalistas – tiveram firme aplicação em obras públicas. Boa parte delas, projetos e obras de repartições oficiais de engenharia e arquitetura. [...] esforço que redundou também na elaboração de edifícios escolares.

A absorção da moderna arquitetura brasileira foi, portanto, uma apropriação para além do âmbito profissional, para além das obras e seus autores. A legitimação e o reconhecimento ocorreram num ambiente econômico e político, tendo a fotografia desempenhado um papel crucial como documento de circulação do discurso, atuando como meio de mediação, interpretação e disseminação de ideias e valores ligados à Arquitetura. Apesar da influência, o Movimento Moderno também foi criticado, por sua suposta desumanização e pelo foco excessivo na lógica em detrimento de fatores emocionais, culturais e estéticos.

No Rio Grande do Sul, a sociedade local, até então distanciada dos sinais da industrialização, mudou seu olhar para o moderno com a criação de duas escolas de formação de arquitetos: o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, criado em 1944, e o curso específico de Engenheiro-Arquiteto da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, criado em 1945. Outro momento importante para a circulação do discurso da Arquitetura Moderna no Estado foi a definição de Porto Alegre como sede do II Congresso Brasileiro de Arquitetura, ocorrido em 1948.

Nesse período de efervescência política e cultural, o governo estadual do Rio Grande do Sul propôs a elaboração de um plano especial para solucionar o problema do déficit de escolas na zona rural. Encontrou solução nas escolas pré-fabricadas de madeira, planejadas pelo transporte eficiente, execução rápida, simples e realizada por equipes de operários que se deslocavam permanentemente. Os conceitos próprios dos discursos racionalistas no âmbito da Arquitetura encontraram eco nas obras públicas, em particular nas propostas para a área da educação executadas no Rio Grande do Sul, na década de 1950.

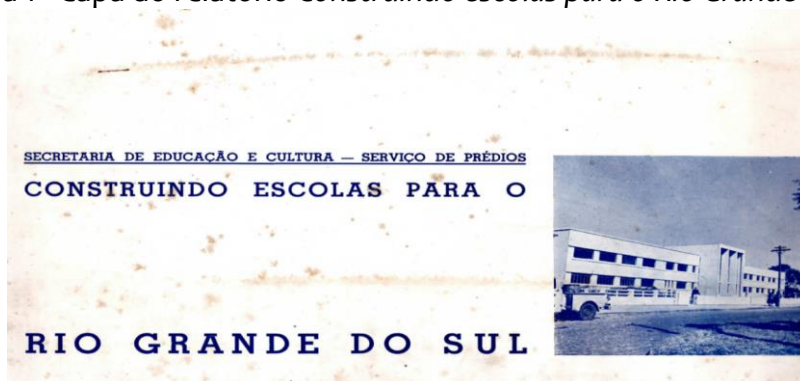
Edifícios escolares no Rio Grande do Sul na década de 1950

No decorrer da década de 1950, houve três propostas para a construção de edifícios escolares no Rio Grande do Sul: duas em âmbito estadual e uma no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ao se esmiuçarem relatórios governamentais dedicados às obras realizadas sob três diferentes administrações do mesmo partido – PTB –, pode-se perceber a organização dos projetos em sua totalidade. A partir da visão geral do conteúdo dos relatórios e suas relações com os planos governamentais, propusemos estruturar esse período em três fases distintas: 1) Implantação, baseada a partir da lei n. 2.136/53, que instituiu o *Plano de obras, serviços e equipamentos* do governo de Ernesto Dornelles (1951-1955); 2) Consolidação, fundamentada a partir da lei n. 1.657/56, que instituiu o *Plano de obras, serviços e equipamentos* de Leonel Brizola no município de Porto Alegre (1955-1959); 3) Expansão, estruturada a partir da lei n. 3.601/58, que instituiu o *Plano de emergência de expansão do ensino primário* do governo de Leonel Brizola (1959-1963), no Rio Grande do Sul.

Etapa implantação

Nomeamos Etapa implantação aquela situada no período do governo estadual de Ernesto Dornelles (1951-1955). Essa etapa se caracteriza pelas primeiras iniciativas de introdução de edifícios escolares pré-fabricados de madeira. Essa experiência foi apresentada no relatório intitulado *Construindo escolas para o Rio Grande do Sul* (Rio Grande do Sul, 1955), publicado pela Secretaria da Educação e Cultura (Figura 1).

Figura 1 - Capa do relatório *Construindo escolas para o Rio Grande do Sul*



Fonte: Rio Grande do Sul, 1955.

O relatório está voltado para as obras que foram iniciadas ou finalizadas durante a administração de Ernesto Dornelles, destacando-se um diagnóstico que aponta para o déficit de prédios escolares, a proposta de novos projetos arquitetônicos e a relação de prédios construídos por município. Nesse documento, há a formulação de um diagnóstico acerca da situação do ensino fundamental no país. De acordo com o texto, para cada mil crianças em idade escolar, 468 não conheciam escolas; 98 matriculavam-se, porém não frequentavam; 183 abandonavam ao final do primeiro ano, 83 cursavam até o segundo ano; 174 completavam o curso primário e 33 concluíam o ensino secundário. Ainda é apresentado um dado segundo o qual de 6.500.000 crianças, 1.950.969 residiam em áreas urbanas e 4.800.574 em áreas rurais. Das que residiam em áreas urbanas, 1.651.004 frequentavam a escola e das que residiam em áreas rurais, apenas 1.598.538 frequentavam a escola (Rio Grande do Sul, 1955).

Especificamente no Rio Grande do Sul, haveria 694.800 crianças em idade escolar, das quais 152.234 eram atendidas pelo governo estadual e 244.328 pelas prefeituras municipais, “resultando que 298.238 crianças não recebem o ensino primário obrigatório de gratuito que reza a Constituição” (Rio Grande do Sul, 1955, p. 20). A apresentação desses dados é acompanhada por fotografias de crianças de classes populares (Figura 2), pelas quais busca-se produzir um apelo emocional no leitor, ao atestar a situação de carência e de não escolarização.

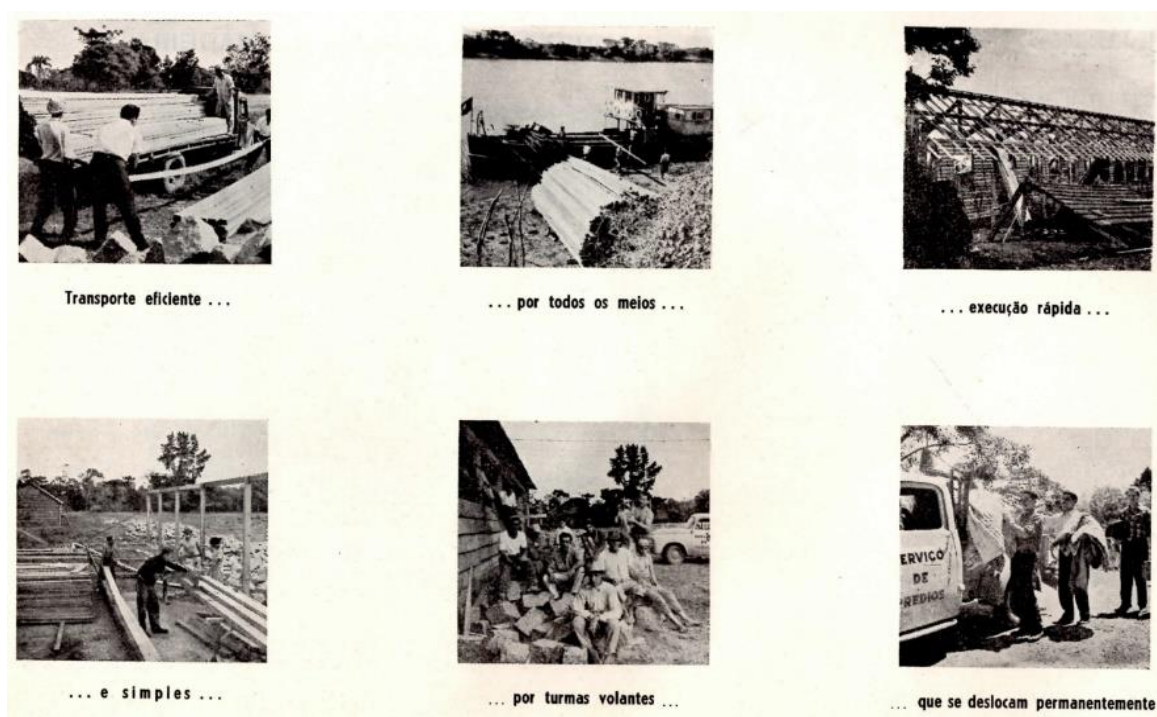
Figura 2 - Imagens de crianças em idade escolar, fora da escola



Fonte: Rio Grande do Sul, 1955, p. 6.

A defasagem no acesso à escolarização era constituída como um grave problema que requeria uma resposta. A solução seria a construção de “centenas de escolas em zonas rurais, com residência para os professores que alí forem trabalhar. [...] em virtude do grande número de escolas necessárias e da urgência em ser adotada uma solução resolveu-se, no Rio Grande do Sul, construir escola de madeira” (Rio Grande do Sul, 1955, p. 8). O uso da madeira na construção era justificado pelo transporte eficiente, assim como pela rapidez e simplicidade na execução da obra, que seria efetuada por trabalhadores organizados em equipes itinerantes (Figura 3).

Figura 3 - Sequência de imagens mostram o processo industrialização



Fonte: Rio Grande do Sul, 1955, p. 10.

O Serviço de Prédios do governo concluiu que, com o mesmo custo de construção de um edifício de alvenaria, poderiam ser executados três de madeira. Em termos de tempo, para cada edifício de alvenaria, podiam ser construídos oito de madeira. Argumenta-se, portanto, pela eficiência, economicidade e benefício do novo modelo.

A proposta para o Jardim de Infância Modelo de Porto Alegre (Figura 4), foi um projeto dos arquitetos José L. Pereira, Leopoldo Constanzo e Lea Maria Bastos de

Oliveira. O edifício está identificado como a primeira escola de ensino infantil criada pelo governo do Estado e estava composta por três salas de aula, além das instalações para a secretaria e uma sala para atividades gerais, refeitório e cozinha. Cada sala de aula, uniformemente orientada e bilateralmente iluminada se abria para um pátio onde se poderia realizar aula ao ar livre. O pátio se convertia num espaço de transição, um espaço intermediário, unindo o mundo criado pelo homem com o espaço natural.

Figura 4 - Perspectiva do Jardim de Infância Modelo de Porto Alegre

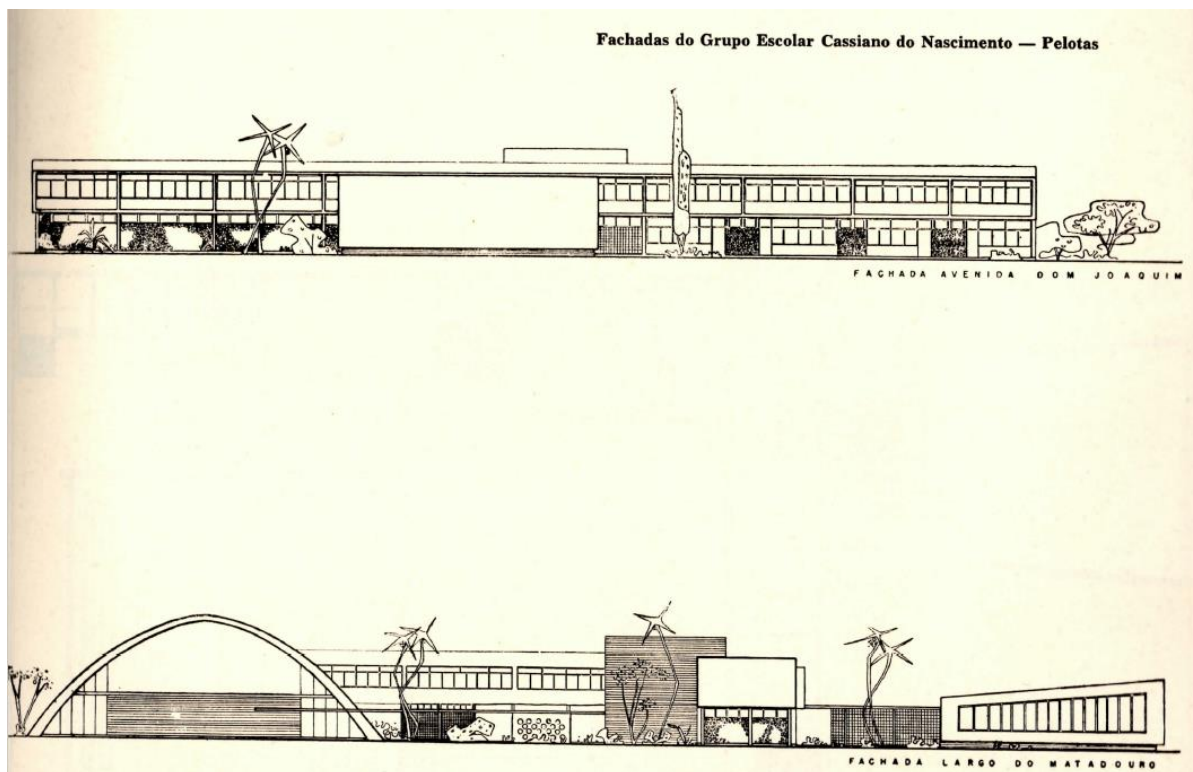
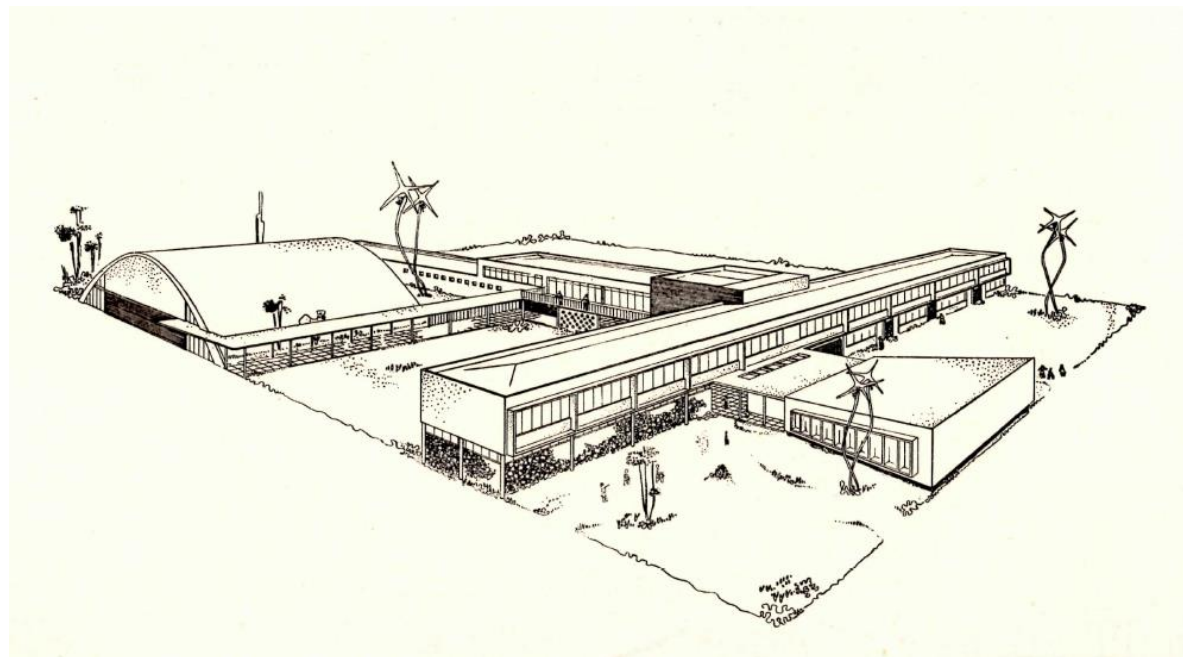


Fonte: Rio Grande do Sul, 1955, p. 95.

Além da descrição desse modelo de edificação em madeira, integram o relatório um conjunto de 34 imagens de projetos de escolas, assinados pelos arquitetos Charles René Hugaud, Leopoldo Costanzo, José L. Parreira, Lea Maria Bastos de Oliveira, Laís Petersen e pelos estudantes de arquitetura João Alberto Schaan e Ivânio Fontoura. Nesses projetos, se destacam as características da Arquitetura Moderna. Um exemplo é o projeto do Grupo Escolar Cassiano do Nascimento, atual Colégio Estadual Cassiano do Nascimento, na cidade de Pelotas. Esse projeto, elaborado pelo arquiteto José L. Parreira, com a colaboração do arquiteto Leopoldo Constanzo, seria uma escola primária e pré-primária, com auditório e pavilhão de educação física. A proposta prevê uma edificação composta, no térreo, por auditório, espaço para jogos e ginástica, cancha de esporte, recreio, refeitório, copa, lavanderia, dormitório, depósito, jardim, secretaria, direção,

arquivo, sala de professores. No pavimento superior, salas de aula e para artes aplicadas, desenho e biblioteca (Figura 5).

Figura 4 - Perspectiva, fachadas e planta baixa do Grupo Escolar Cassiano do Nascimento



Fonte: Rio Grande do Sul, 1955, p. 101.

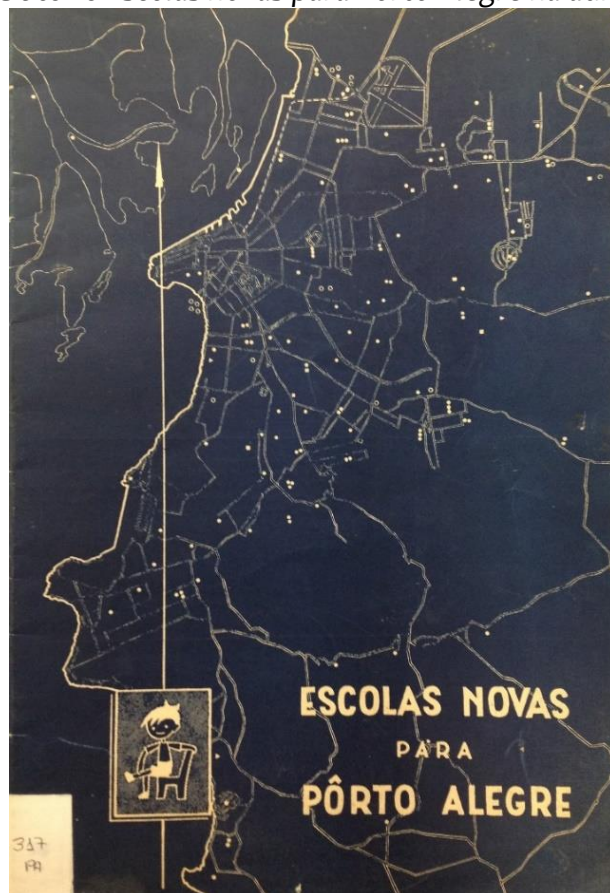
O projeto, articulado em forma de cruz estilizada, apresenta dois níveis e se apropria do lote gerando espaços abertos exclusivos para recreação e jogos, inclusive um para os serviços de refeitório e depósitos. Todos os espaços fechados foram projetados de forma a obter um maior aproveitamento da iluminação natural, assim como da ventilação permanente. Enquanto a entrada principal para a escola não foi plasticamente tão evidenciada, o acesso ao ginásio de esportes era marcado por uma marquise de entrada, elemento da Arquitetura Moderna que mostra a influência de Oscar Niemeyer. No térreo, marca o eixo de acesso o posicionamento do auditório, volume inclinado em destaque junto à avenida. Sua estratégica posição visava a favorecer o convívio mútuo entre a comunidade escolar e a cidade.

A resolução estrutural do Grupo Escolar Cassiano do Nascimento fez uso do sistema estrutural articulado por lajes, vigas e pilares, com sua forma retilínea e racionalista. Modulada de pilar a pilar, suas amplas aberturas manifestavam a preferência pelo sol da manhã nesses ambientes e proporcionavam aos alunos uma escola aberta para o exterior. As salas de aulas, organizadas por um percurso longitudinal no sentido Sudeste/Noroeste, permitiam também a flexibilidade dos ambientes de acordo com as alterações pedagógicas de cada momento.

Etapa consolidação

Essa etapa se refere ao período da administração de Leonel Brizola na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1956-1958). É especialmente valorizada pelos esforços para solucionar o problema do déficit de prédios escolares no município (Quadros, 2022). Os edifícios são caracterizados no relatório intitulado *Escolas novas para Pôrto Alegre na administração municipal* (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959), (Figura 6).

Figura 6 - Capa do relatório *Escolas novas para Pôrto Alegre na administração municipal*



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959.

Os argumentos para a execução das obras constam no projeto de lei do executivo n. 34/56, aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, e no ofício de 26 de novembro de 1956, pelo qual o secretário municipal de Educação e Assistência da Prefeitura – Tristão Sucupira Viana –, encaminhou ao prefeito o expediente relativo aos estudos realizados acerca do *Plano de emergência para a construção de prédios escolares*.

Nesses documentos, é apontada a condição de superlotação ou inadequação dos edifícios escolares na Capital, o que justificava a sua priorização nas ações do governo municipal. Um dos pontos centrais do texto é que as escolas disponíveis não eram suficientes para suprir a demanda de matrículas, além de não conseguirem acompanhar o aumento populacional. Para lidar com esse cenário, enfatizava-se a urgência de um plano para a construção de novas escolas, “evitando obras suntuárias, aplicado seus recursos com realismo, mesmo com modéstia e com maior economia, inclusive construindo

pavilhões de emergência quando não forem possíveis construções definitivas” (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1956, p. 79).

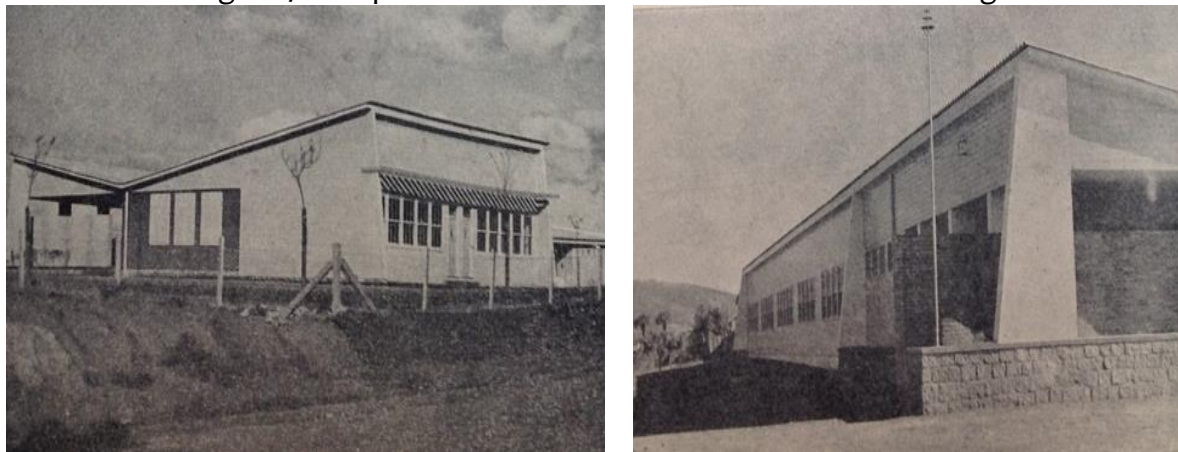
Com a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal, o Poder Executivo municipal iniciou as suas ações com base no *Plano de emergência para a construção de prédios escolares*. Nesse plano, foi apresentado um diagnóstico pelo qual se evidenciam a carência de instalações escolares, a superlotação das já existentes e a escassez de vagas. Para resolver essas questões, a alternativa proposta incluía a construção de edifícios de baixo custo, com a capacidade de alunos ajustada às demandas de cada região. O plano também foi fundamentado em críticas às administrações anteriores, que realizavam “obras suntuárias e de custo elevadíssimo, com enorme concentração escolar [...], com capacidade para mais de 1.000 alunos” (SMEA, 1956, p. 3). Entretanto, a visão da gestão atual seria diferente: “eliminar o déficit escolar” e “pontilhar a cidade de unidade simples, modestas, contendo mínimo de condições para o funcionamento da escola e, de rápida execução” (SMEA, 1956, p. 3). Em função dessa diretriz, a configuração dos novos edifícios envolveria o uso de madeira e seriam “construídos em série, de tipo progressivo e desmontável em qualquer tempo, com perda máxima de 3% dos materiais empregados” (SMEA, 1956, p. 3).

Informava-se, ainda, que o plano estava desenhado para responder às necessidades de cobertura mais imediatas da rede escolar, sendo posteriormente estudadas possíveis soluções finais que abrangeriam a “localização e a construção de prédios sólidos e com maiores e melhores acomodações para o cumprimento das normas que presidem os currículos legais do ensino” (SMEA, 1956, p. 5).

Dessa forma, o empenho em resolver a questão do déficit de escolas em Porto Alegre levou à adoção de um modelo menos complexo e menos custoso, abandonando a ideia de grandes construções. A nova proposta contemplava edificações mistas, utilizando alvenaria e madeira (figura 7). No âmbito da Arquitetura, ainda se nota um conjunto de soluções permeadas por referências da Arquitetura Moderna. O edifício do Grupo Escolar Vila I.A.P.I., por exemplo, possui telhado inclinado, tipo borboleta, com ponta invertida e canal interno, ao invés da cumeeira tradicional. A mesma inspiração se aplica aos planos inclinados observados nas fachadas laterais dos edifícios. Uma

referência a celebrada Casa Kubitschek (1943)⁴, de Oscar Niemeyer, cuja coberta é formada por telhado inclinado. Um modelo que sugere novos planos para a arquitetura escolar.

Figura 7 - Grupo Escolar Vila I.A.P.I. e Escola Presidente Vargas



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959.

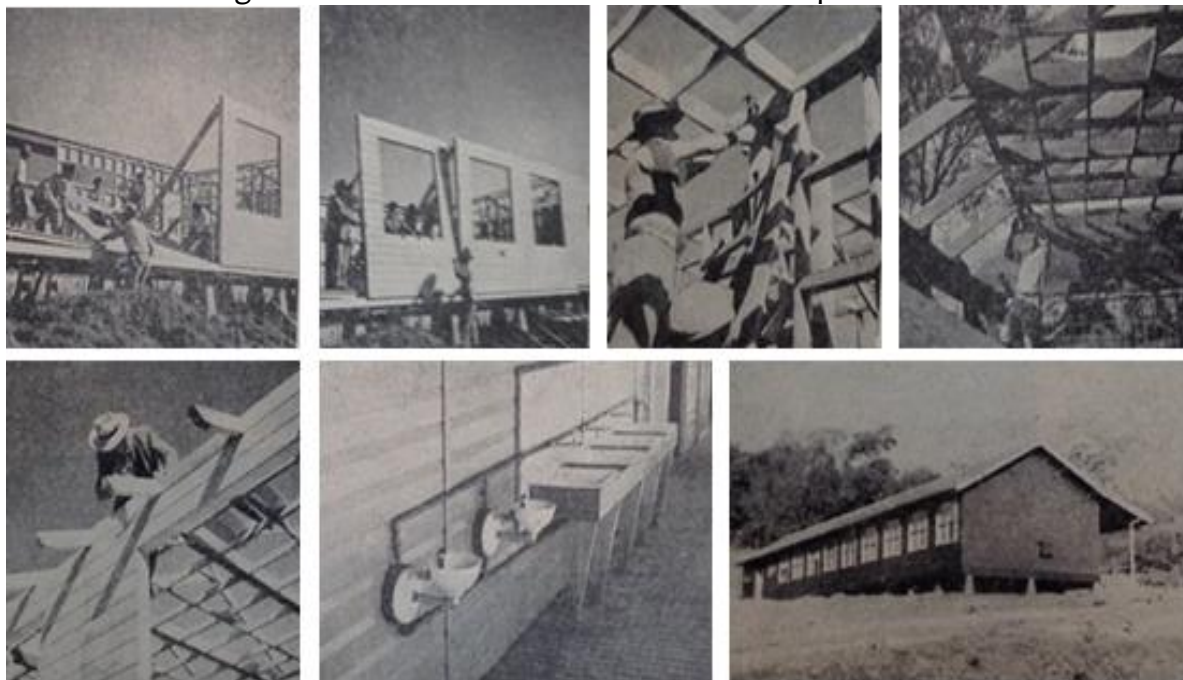
Para lidar com o déficit nas escolas, decidiu-se investir na pré-fabricação dos prédios escolares. O planejamento logístico incluía uma linha de montagem organizada em três etapas: a primeira visava a atender à escassez de unidades para crianças; a segunda tinha como objetivo preencher as lacunas deixadas pela fase anterior; a terceira destinava-se a substituir edifícios antigos em situação frágil. O registro aponta que 120 escolas foram construídas na fase inicial, resultando em 343 salas de aula e atendendo 24.570 crianças em idade escolar. Além disso, o documento detalha três tipos de edifícios: 51 escolas do tipo A, com duas salas de aula, uma sala administrativa, cozinha, banheiros e varanda coberta; 35 escolas do tipo B, com três salas de aula, sala administrativa, cozinha, banheiros e varanda coberta; e 34 escolas do tipo C, com quatro salas de aula, sala administrativa, cozinha, banheiros e varanda coberta.

Mediante uma seleção cuidadosa de imagens, é possível observar o processo de construção da pré-fabricação. As etapas incluíam a preparação do terreno e a linha de montagem de painéis de parede, blocos de fundação, lajes e vigas. Em seguida, um segundo conjunto de fotografias exhibe cenas de obras em diversas fases, conforme o

⁴ Ver <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/56/bens-tombados-casa-juscelino-kubitschek>.

processo de montagem: fundações, lajes, vedações externas e internas, revestimentos e coberturas, instalação de equipamentos de higienização em banheiros, pintura e fotografia da obra finalizada (figura 8).

Figura 8 - Processo construtivo das unidades pré-fabricadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959.

Nesse documento, salienta-se também o argumento referente à eficiência,   economia e às vantagens do novo modelo, que reduziria o custo da obra por aluno em mais de 50%, assim como possibilitaria um “maior atendimento em matrículas, pois o Município vem de aplicar, pela primeira vez, a percentagem constitucional de 20% – cerca de 27% em 1957 – sôbre a arrecadação tributária em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959, p. 37).

Do mesmo modo que no documento anterior (Rio Grande do Sul, 1955), procura-se sensibilizar o leitor mediante um apelo emocional (Figura 9): as atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Assistência da Prefeitura, e que envolviam a construção de escolas, fabricadas em série, de madeira e com as condições necessárias ao bom funcionamento, eram justificadas pela expressão “Tudo para atender a crianças como esta” (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959, p. 19).

Figura 9 - Fotografia de uma criança em idade escolar



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959, p. 17.

Etapa expansão

Essa etapa ocorreu durante o governo estadual de Leonel Brizola (1959-1963), sendo marcada pelo projeto instituído para atingir dois objetivos: a escolarização de todas as crianças em idade escolar, dos 7 aos 14 anos, e a erradicação do analfabetismo. Os edifícios são caracterizados no relatório da Comissão Estadual de Prédios Escolares – Cepe –, intitulado *Relatório das obras concluídas, iniciadas, complementares, planejadas e conservação, de abril de 1.959 à novembro de 1.962, por ordem alfabética dos municípios* (Rio Grande do Sul, 1963). Esse documento abrange três volumes: no primeiro, consta a relação de obras executadas ou planejadas por município, com o nome da escola, tipo de construção, número de salas de aula, capacidade de alunos e custo. No segundo, há um detalhamento dos diferentes planos de construção executados. No terceiro volume, há um álbum com 122 fotografias, em preto e branco, sendo 116 no tamanho 12x18cm e seis no tamanho 8,5x13,5cm (Figura 10).

Figura 10 - Capa do relatório da Comissão Estadual de Prédios Escolares



Fonte: Rio Grande do Sul, 1962.

Em 1959, Leonel Brizola assumiu a administração estadual. A partir de um diagnóstico acerca da situação do ensino fundamental no Estado, foi concebido o *Plano emergencial de ampliação do ensino primário* – lei n. 3.601/58. Com o slogan *Nenhuma Criança sem escola no Rio Grande do Sul*, o governo estabeleceu como meta a construção de duas mil escolas no prazo de dois anos.

Assim, foi constituída a Comissão Estadual de Prédios Escolares – Cepe –, por meio do decreto n. 10.416, de 25 de março de 1959. Cabia a essa comissão realizar estudos, planejamentos e execução de tarefas de manutenção e construção de edifícios escolares. Esse plano levou a uma notável ampliação do sistema de ensino público do Estado, que tinha como traço distintivo as construções escolares serem feitas de madeira, as quais se popularizaram como as *brizoletas* ou as *escolinhas do Brizola*, a contratação de professores e a matrícula de um significativo número de novos alunos no ensino primário. Segundo Quadros (2003, 2005, 2024), nos quatro anos do governo Brizola foram construídos 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235,2 mil

alunos. O maior número eram edifícios para áreas rurais ou com baixa densidade populacional. Segundo o governador,

ao assumir a chefia do executivo, tornou-se patente que o principal objetivo do atual governo seria afastar os obstáculos que se opunham a um perfeito desenvolvimento do ensino primário e técnico, dando assim solução a uma das mais sentidas reivindicações da coletividade rio-grandense. É a nova posição, que viria combater o velho problema que durante anos incidiu seus reflexos negativos sobre todas as classes da população gaúcha, foi tomada, na forma de um plano de amplas proporções, tendo por lema publicitário uma frase de sintetiza o que de fato se quer ver realizando: nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul (Nova posição, 1961, p. 11).

N'outras palavras, nota-se constantemente um esforço discursivo para estabelecer uma nova postura do governo estadual em relação à escolarização, em que nenhuma criança deveria ser privada de escola no Estado, o que justificava um extenso projeto de construção de edifícios escolares com as características mencionadas anteriormente.

Depois da experiência na construção dos edifícios escolares na Prefeitura de Porto Alegre, todas as possibilidades do sistema pré-fabricado de madeira foram exploradas. O sistema, baseado na pré-fabricação e na industrialização, foi a aposta pela vanguarda de uma Arquitetura cada vez mais tecnológica. Tudo é pré-fabricado, incluindo cada um dos componentes, desde os blocos de fundação e lajes até os painéis de cercamento, vigas, pilares e forros. Os painéis de vedação, por vezes, possuem elementos singulares que rompem com a rigidez do volume seriado (Figura 11). Percebe-se uma arquitetura aditiva em que, por um lado, o edifício é planejado como um conjunto formado por adição de peças e, por outro, a variação de elementos pré-fabricados que se combinam e se adaptam para formar um conjunto e acolher o programa.

Figura 11 - Brizoleiras em construção



Fonte: Rio Grande do Sul, 1963.

A escola se articula ao largo de corredores longitudinais, com as salas de aula dispostas a um dos lados do corredor. A circulação se reduz a varanda coberta, a qual protege o acesso as salas de aula e a possíveis intempéries. A variação do esquema era reinterpretada segundo as necessidades, seguindo a linguagem do telhado inclinado a duas águas, de modo que a varanda esteja coberta por um único plano contínuo e inclinado. A ventilação cruzada era obtida a partir das janelas altas junto ao corredor e das janelas maiores na extremidade oposta. As esquadrias variavam entre modelos tipo guilhotina de madeira ou basculante de ferro. A proposta dos grupos escolares pré-fabricados conseguiu flexibilizar um sistema construtivo rígido e demonstrar a capacidade de adaptação à topografia e a versatilidade do módulo volumétrico, o qual permitia receber os distintos usos requeridos para a escola.

Considerações finais

No Rio Grande do Sul, as ideias de sistematicidade e estandardização na construção de edifícios escolares já se pronunciavam desde o governo de Ernesto Dornelles, em princípios dos anos 1950. A convergência pôs Leonel Brizola como secretário de Obras do governo Dornelles (1951-1955). O ensaio no âmbito do Estado permitiu um experimento mais contundente em projetos escolares propostos para o município de Porto Alegre, quando Brizola foi prefeito (1956-1958). A tipologia pavilhão com circulação lateral aberta em forma de varanda e o sistema construtivo pré-fabricado

com estrutura e vedação de madeira, se mostrou flexível e adaptável. Por fim, no governo do Estado (1959-1963), Leonel Brizola explorou as possibilidades das escolas pré-fabricadas. Popularizadas com o nome de *brizoletas*, foram seguramente uma das apostas mais ambiciosas no âmbito escolar público da primeira metade do século 20 no Rio Grande do Sul.

Os prédios escolares pré-fabricados de madeira, contrastam com a Arquitetura escolar grandiosa das primeiras décadas do período republicano e são representativos de um significado político e sociocultural da expansão do acesso à escola. Nesse sentido, as fotografias que compõem os três relatórios dos governos revelam significados múltiplos que envolvem essas instituições. As fotografias que ilustram os relatórios destacam algumas de suas qualidades especiais: adaptação à topografia, orientação adequada das salas de aula, acessos fáceis e independentes, e a versatilidade do módulo volumétrico, o que evidencia a possibilidade de formar grupos escolares com capacidades distintas de alunos.

Outra característica que aparece realçada nas fotografias é o uso de elementos pré-fabricados, que permitiram a construção de algumas centenas de escolas ao aproveitar as vantagens da aquisição de materiais em grandes quantidades. As imagens nos permitem imaginar também as construções em seus contextos que incluíam proximidade a áreas de cultivo, terrenos vazios ou áreas ainda não urbanizadas.

Note-se, ainda, que a produção dessas fotografias pode ter atendido a diversificados usos: documento administrativo; folheto para a promoção e propaganda da ação dos governos; delimitação da escola como instituição digna de reconhecimento e lembrança, seja pela sua beleza visual, seja pelo seu valor sociocultural; fixação na fotografia da reinvenção de espaços rurais e urbanos, servindo para destacar e reconhecer a concretização dos projetos arquitetônicos do governo. Essas fotografias, que parecem ter sido selecionadas com atenção, são acompanhadas por textos que realçam e contextualizam a importância da ação governamental, funcionando como uma ferramenta para promover uma imagem favorável do projeto educacional a ser perenizado para o futuro.

Referências

BARROS, Luiz Antonio Recaman. **Por uma arquitetura, brasileira**. São Paulo: USP, 1995.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira: uma abordagem historiográfica**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HORMAIN, Débora da Rosa Rodrigues Lima. **O relacionamento Brasil - EUA e a arquitetura moderna: experiências compartilhadas, 1939-1959**. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13. n. 1, p. 133-174, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Escolas novas para Pôrto Alegre na administração municipal**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Assistência, 1959.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Projeto de lei do executivo n. 34/56**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 1956.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: UFSM, 2003.

QUADROS, Claudemir de. Escolas novas para Porto Alegre: Leonel Brizola na prefeitura da capital do Estado do Rio Grande do Sul (1956-1958). **Ridphe_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, v. 8, e022005, 2022. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/16125>. Acesso em: 21 out. 2025.

QUADROS, Claudemir de. Forjando uma pátria nova: a experiência singular das brizoletas no Rio Grande do Sul na segunda metade do século 20. **Devir Educação**, Lavras, v. 8, p. 1-20, 2024.

QUADROS, Claudemir de. **Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas**. Santa Maria: Unifra, 2005.

NOVA posição em face de velho problema. **REVISTA DO ENSINO**, Porto Alegre, maio 1961. RIO GRANDE DO SUL. **Construindo escolas para o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEC, 1955.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório das obras concluídas, iniciadas, complementares, planejadas e conservação, de abril de 1.959 à novembro de 1.962, por ordem alfabética dos municípios.** Porto Alegre: Cepe/Secretaria de Obras Públicas, 1963.

SÁ, Jauri dos Santos. La arquitectura del convenio escolar (1948): síntesis del racionalismo escolar en São Paulo. In: SEMINÁRIO APEC CIENCIA PARA LA VIDA, 12, 2007. **Actas [...]**. Barcelona: Apec, 2007. p. 201-208.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 2002.

SMEA. **Ofício de 26 de novembro de 1956.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Assistência, 1956.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

WERLE, Flávia Obino Correa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel (org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 13-35.

Recebido em: 02/09/2025
Aprovado em: 23/10/2025

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 27 - Número 63 - Ano 2026
revistalinhas.faed@udesc.br